A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 6 de Dezembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

6 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Santos Marques*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paz*. 1000306501

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 2645/06.6TBGMR.

Insolvência pessoa singular (apresentação).

Insolvente — Sérgio Ricardo da Costa Gonçalves.

Credores — Banif — Banco Internacional do Funchal, S. A., e outro(s)

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — Sérgio Ricardo da Costa Gonçalves, nascido em 27 de Junho de 1976, número de identificação fiscal 220068313, bilhete de identidade n.º 10749495, residente na Rua do 1.º de Maio, 745, Selho (São Lourenço), 4800-000 Guimarães;

Administrador da insolvência — Elmano Relva Vaz, residente na Rua de Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado Elmano Relva Vaz, residente na Rua de Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Durante o período de cessão (cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência) o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

25 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Clemente*. — O Oficial de Justiça, *António Menezes Martins*. 3000217139

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

Anúncio

Processo n.º 373/05.9TBLSD-I.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — José Manuel Pereira Ferraz.

Requerido — António José Monteiro Lima e outro(s).

A Dr.ª Ana Gavancha Nogueira, juíza de direito do 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Lousada, faz saber que são os insolventes António José Monteiro Lima, residente no Edifício Solar da Ponte, B1.4, rés-do-chão, Santa Eulália de Barrosas, Vizela, e Paula Susana Oliveira Costeira Lima, residente no Edifício Solar da Ponte, B1.4, rés-do-chão, Santa Eulália de Barrosas, Vizela, e os seus credores, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

9 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Gavancha Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Fernando Pereira Alves*. 3000217152

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MARCO DE CANAVEZES

Anúncio

Processo n.º 1169/05.3TBMCN.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Insolvente — Confecções Laurinda Vieira, Unipessoal, L.ª

Confecções Laurinda Vieira, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 505526654, residente no lugar de Azenha, Favões, 4625-091 Favões.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por existência/insuficiência da massa.

16 de Agosto de 2006. — A Juíza de Turno, *Cristina Susana Cardoso Pinto*. — A Oficial de Justiça, *Carmina de Almeida Cardoso*. 3000217140

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Anúncio

Processo n.º 603/06.0TBOAZ.

Insolvência pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — INVESTAZE, L.ª, número de identificação de pessoa colectiva 500588198, lugar da Gandarinha, Zona Industrial de Cucujães, 3720-000, Cucujães, Oliveira de Azeméis.

Administrador da insolvência — João Manuel Couto Morais de Almeida, Avenida do Dr. João Canavarro, 305, 3.º, S/32, Edifício Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde.